

MARCO REGULATÓRIO, INCLUSÃO ECONÔMICA E POLÍTICAS SOCIAIS FOCALIZADAS: O TRIPÉ QUE TIROU O BRASIL DO MAPA DA FOME DA ONU

HENRIQUE SALLES PINTO

CONSULTOR LEGISLATIVO DO SENADO FEDERAL

DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM ESTUDOS COMPARADOS
SOBRE AS AMÉRICAS

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

- Tradicionalmente, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo (sétimo país mais desigual segundo o Coeficiente de Gini (2021))

-
- Uma das consequências mais significativas da desigualdade brasileira está relacionada à insegurança alimentar e nutricional dos pobres e extremamente pobres, desde os primórdios do Estado nacional brasileiro

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

- Para analisar como o Estado brasileiro vem combatendo a fome ao longo do período republicano, é necessário compreender os modelos de administração pública que foram referência para os governos brasileiros no período indicado.

-
- O professor Amado Luiz Cervo propõe quatro paradigmas importantes para entender a gestão do Estado republicano brasileiro desde o início do século XX.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

- Estado liberal-conservador (1889 – 1930): os problemas sociais eram entendidos como problema de polícia

-
- Estado desenvolvimentista (1930 – 1990): o Estado protagonizou o planejamento e a execução das políticas de desenvolvimento social, fornecendo os recursos humanos e financeiros para atingir esse objetivo, com exceções no período entre 1964 e 1985.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

- Estado normal (década de 1990): o Estado deveria ser reduzido e o mercado (setor privado) deveria promover os meios materiais para superar a fome e outros desafios sociais

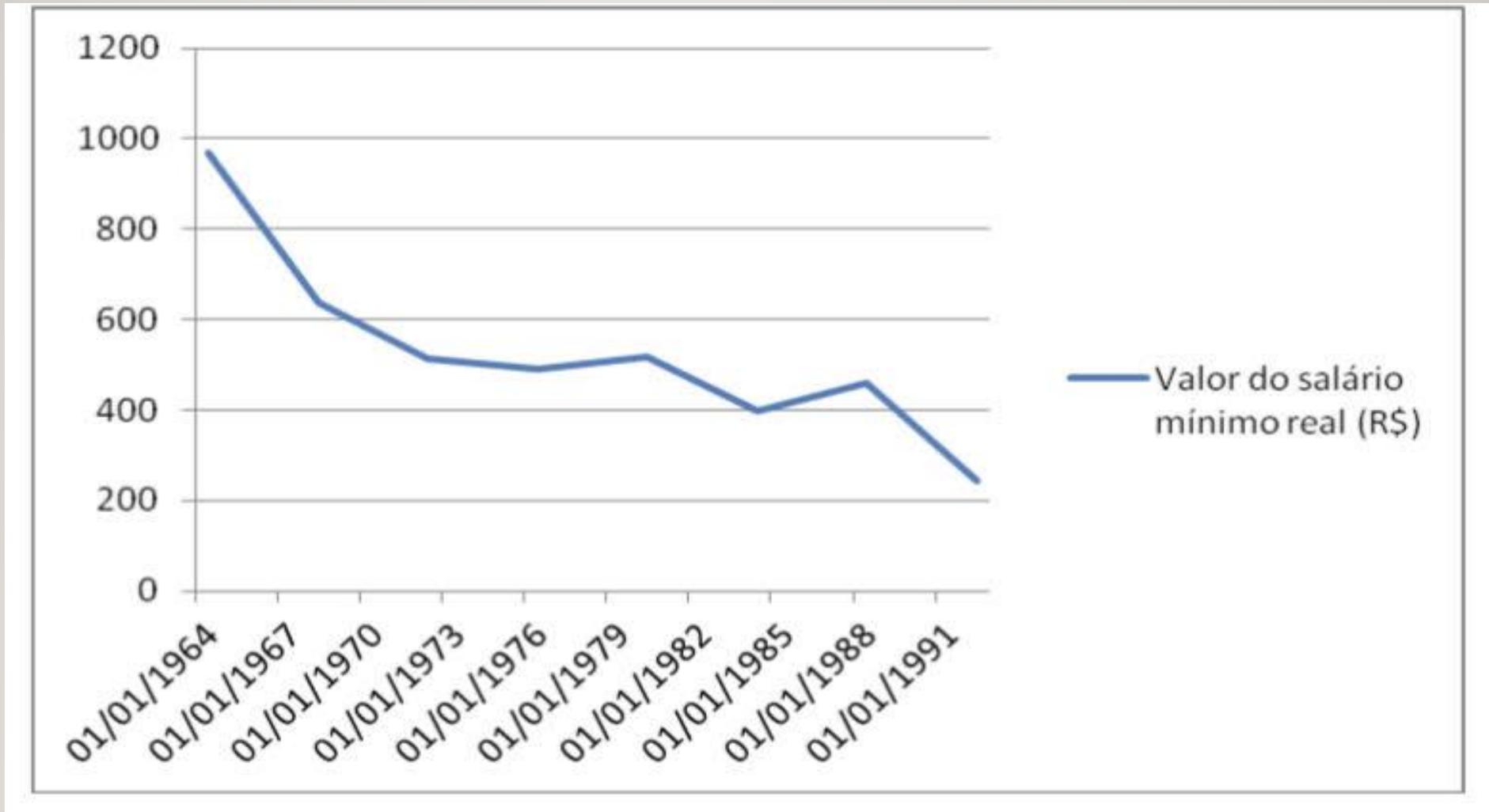
-
- Estado logístico (a partir do início da década de 2000 até?): concilia o estado desenvolvimentista com o estado normal. Nesse caso, os governos têm o papel de instrumento logístico para facilitar o desenvolvimento do setor privado, o que é importante para permitir que o setor público planeje e execute políticas sociais (os setores público e privado são parceiros estratégicos)

O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E O COMBATE À FOME

- Durante a maior parte do período do estado desenvolvimentista, o governo brasileiro entendeu que o crescimento econômico proporcionado pelo estado seria suficiente para proporcionar desenvolvimento social aos pobres
 - A ideia de “deixar o bolo crescer primeiro para depois distribuir os pedaços” foi a base das políticas sociais durante a maior parte do período militar (1964-1985)
-
- Apesar do grande crescimento econômico no início da década de 1970 (período conhecido como o milagre econômico brasileiro), quando o PIB crescia quase 12% ao ano, o desenvolvimento social brasileiro diminuía, como demonstram o aumento do desemprego e a queda do salário mínimo real

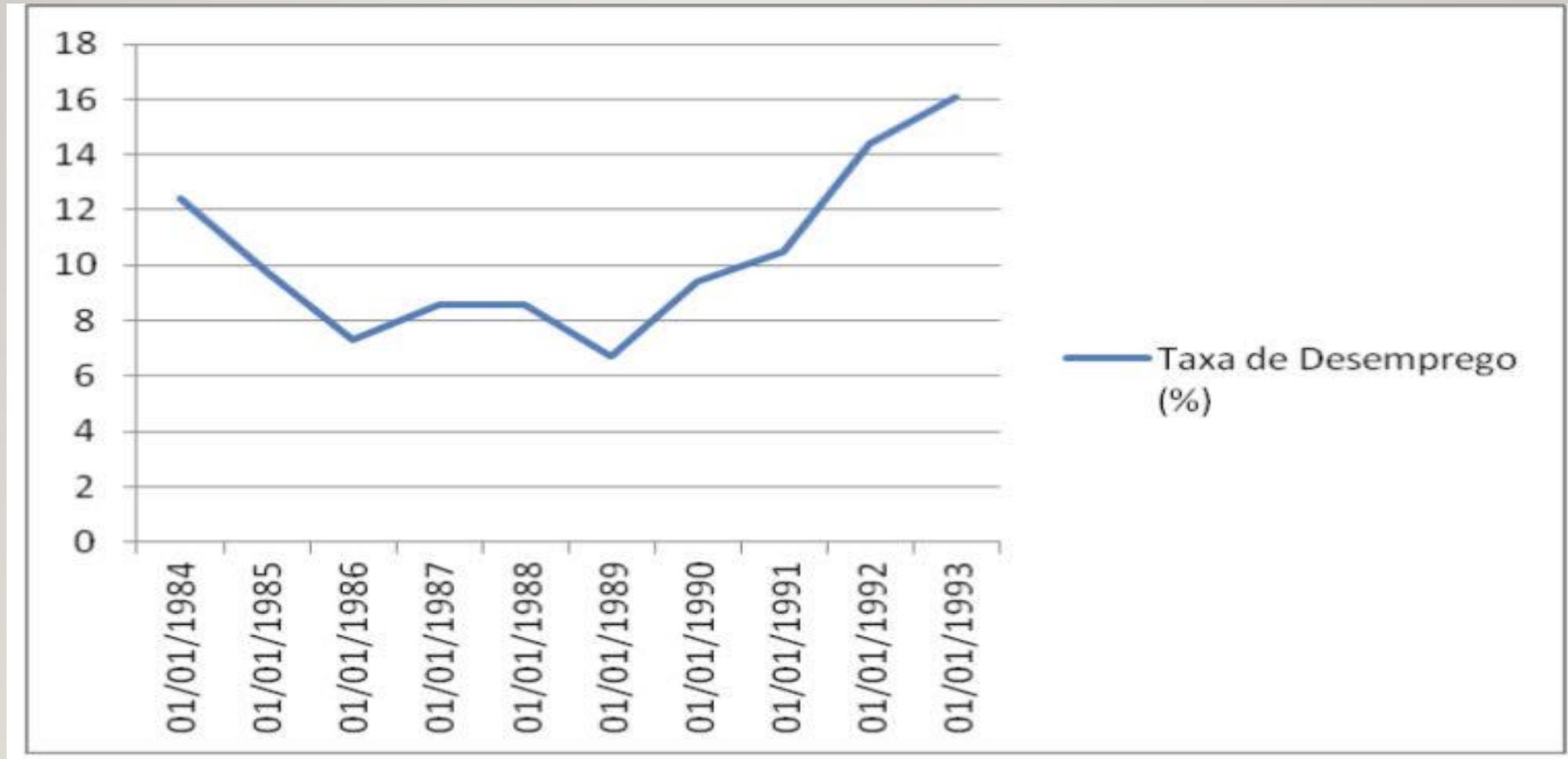
O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA/NORMAL E O COMBATE À FOME

Valor do salário mínimo real entre 1964 to 1992 (em R\$)



O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA/NORMAL E O COMBATE À FOME

Percentual de desemprego no mercado de trabalho de São Paulo (1984 a 1993)



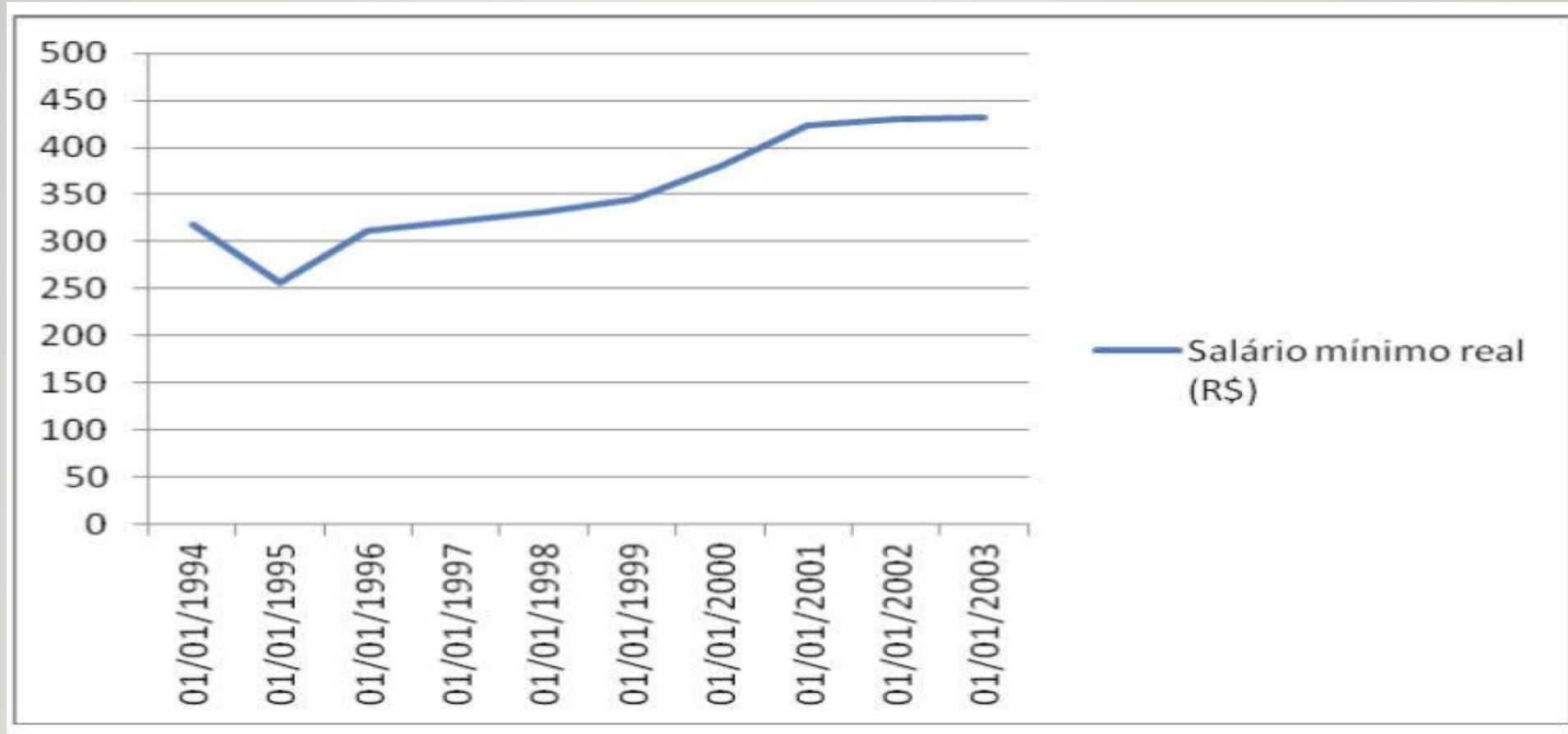
A TRANSIÇÃO DO ESTADO NORMAL PARA O ESTADO LOGÍSTICO NO BRASIL

EIXO ECONÔMICO

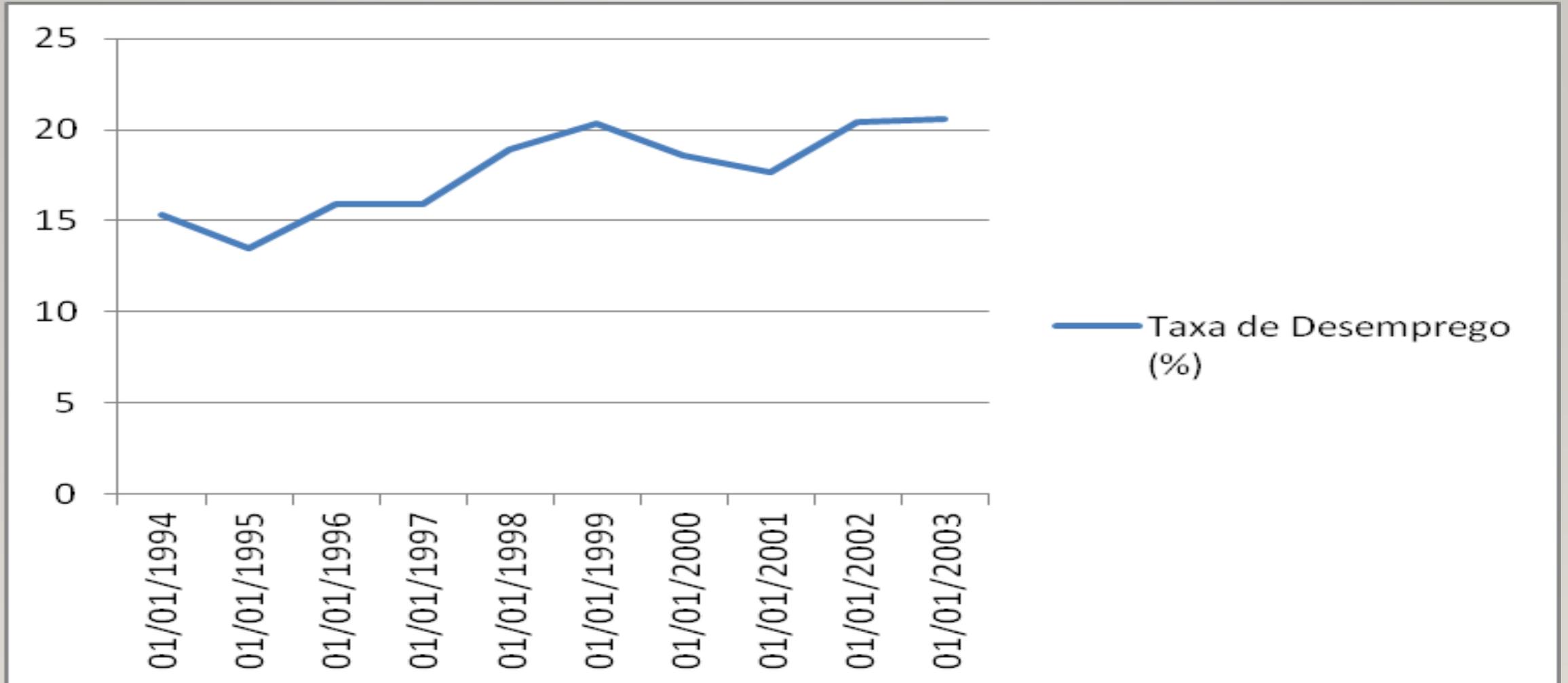
- Até 1994, a hiperinflação foi uma das consequências mais graves do crescimento econômico insustentável dos anos 1970 (a década de 1980 ficou conhecida no Brasil como a “década perdida”)

- O Plano Real lançado em 1994 foi importante para acabar com a hiperinflação e estabelecer as bases econômicas do estado logístico brasileiro a partir da década de 2000, como demonstra o aumento do salário mínimo real (apesar de o desemprego ser desafio nesse período)
- O Plano Real foi baseado em três pilares: 1) câmbio flutuante, 2) metas fiscais e 3) metas de inflação

A TRANSIÇÃO DO ESTADO NORMAL PARA O ESTADO LOGÍSTICO NO BRASIL (estabilização e aumento do salário mínimo real)

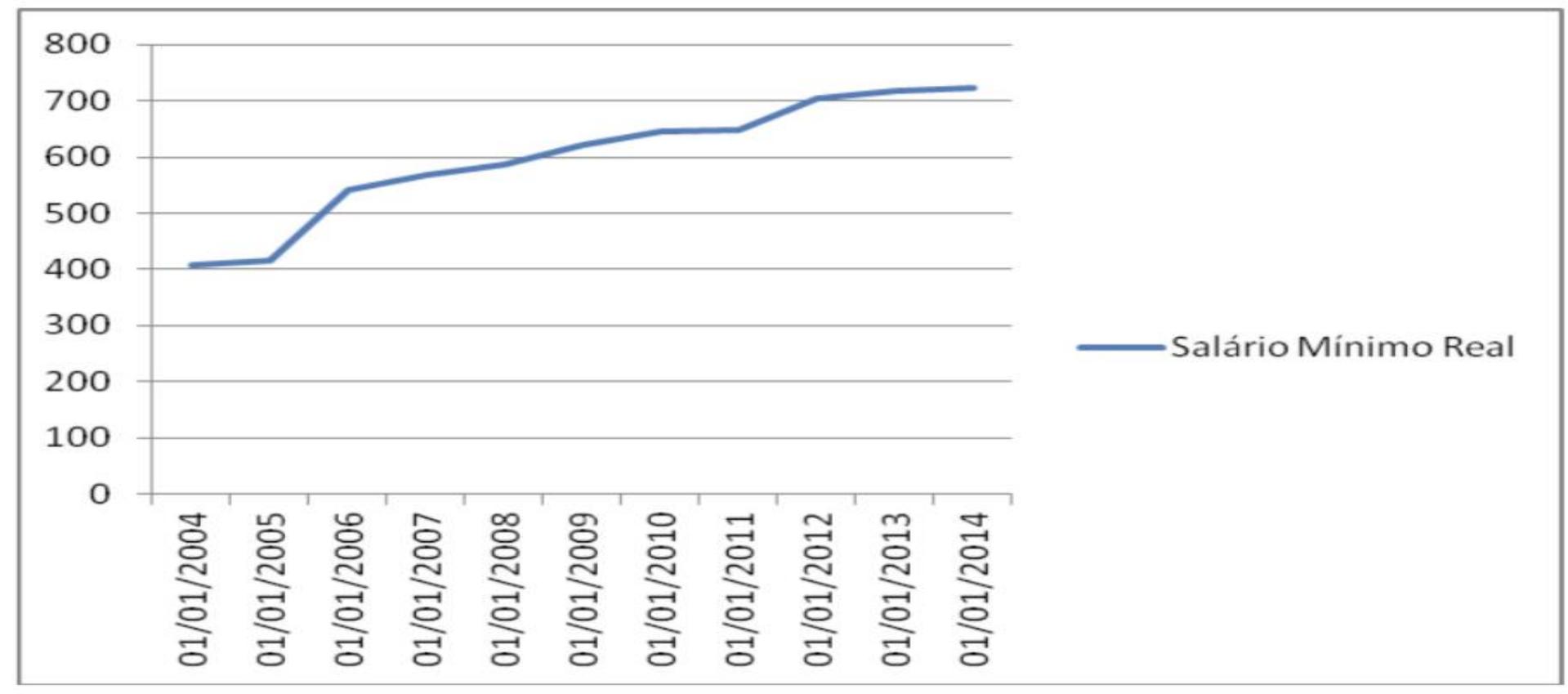


A TRANSIÇÃO DO ESTADO NORMAL PARA O ESTADO LOGÍSTICO NO BRASIL (aumento do desemprego – região metropolitana de São Paulo)



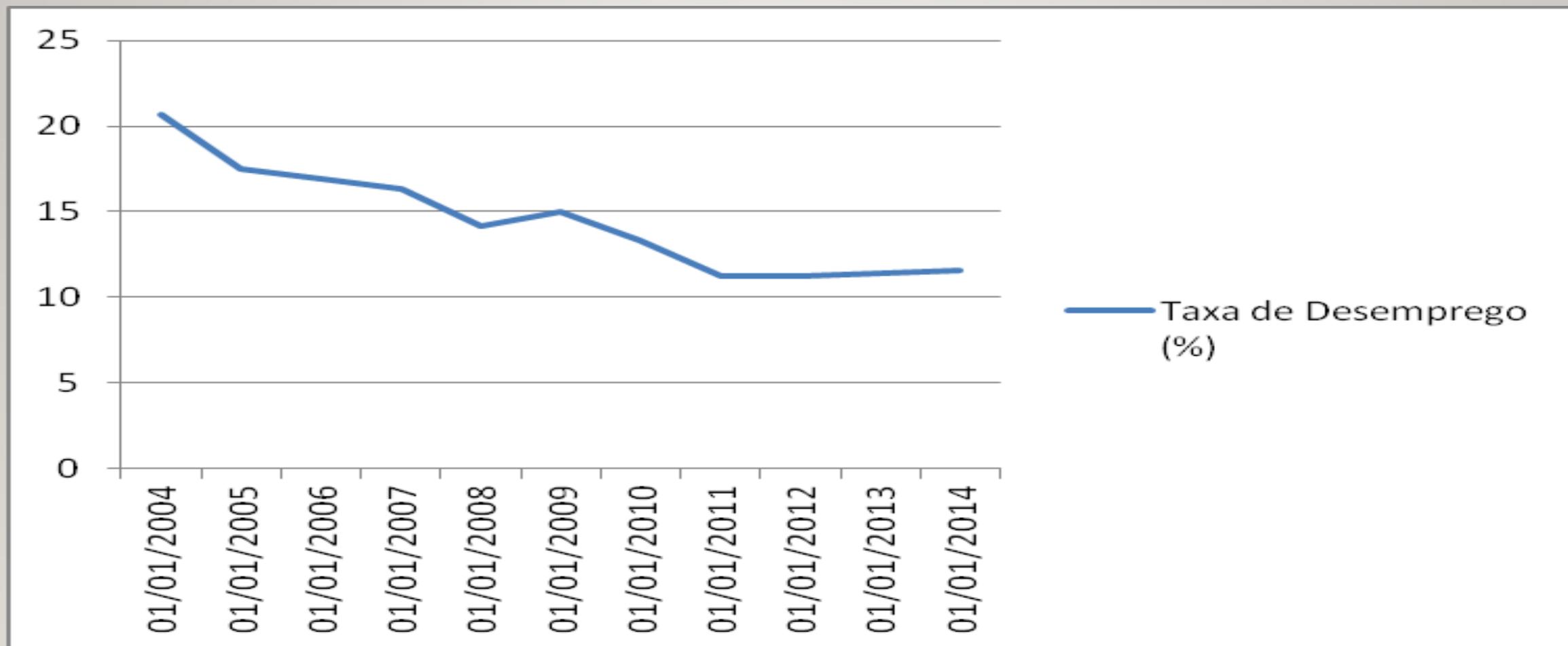
O ESTADO LOGÍSTICO E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL (2003 a 2014)

Aumento do salário mínimo real



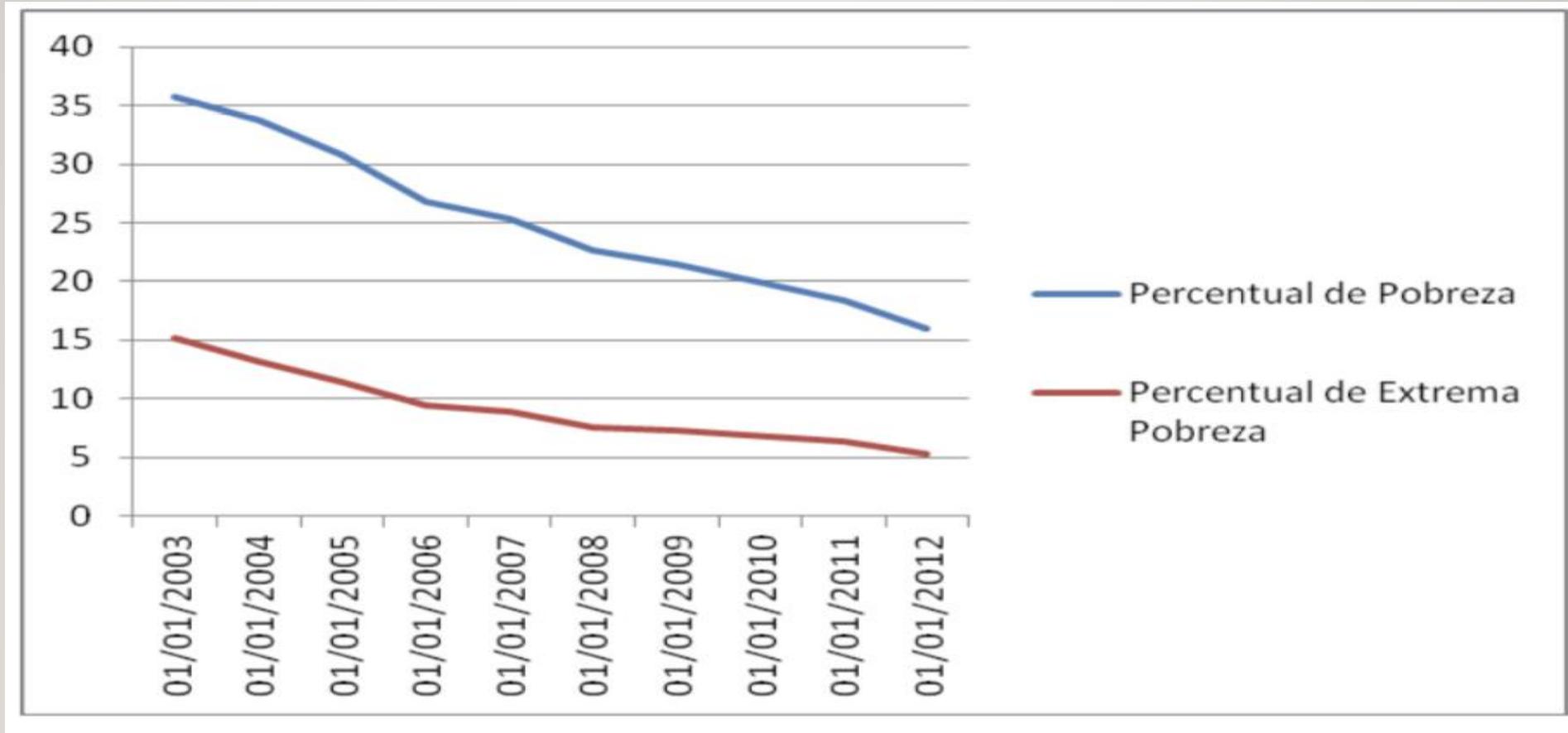
O ESTADO LOGÍSTICO E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL (2003 a 2014)

Redução do desemprego – região metropolitana de São Paulo



O ESTADO LOGÍSTICO E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL (2003 a 2014)

Redução da pobreza e da extrema pobreza



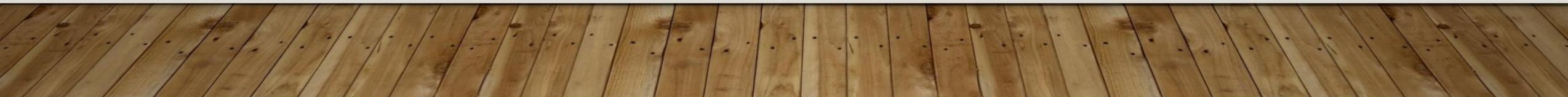
O ESTADO LOGÍSTICO E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL (2003 a 2014)

- Além de melhorias no eixo econômico (controle de preços agregados, aumento do salário mínimo real e redução do desemprego), a redução da pobreza e da extrema pobreza apenas foi possível com a articulação simultânea de outros dois eixos, quais sejam:

1) Marco regulatório

- A nova ordem constitucional brasileira orientou-se para **assegurar ao cidadão os mínimos fundamentais para a sua existência digna, com adequadas condições de trabalho, lazer e acesso a serviços públicos**. Pode-se dizer que essa Constituição estabeleceu os parâmetros para a construção de **estado de bem-estar social** para os brasileiros, baseando-se nos exemplos constatados em países desenvolvidos no pós-Segunda Guerra Mundial.

2) Políticas sociais focalizadas

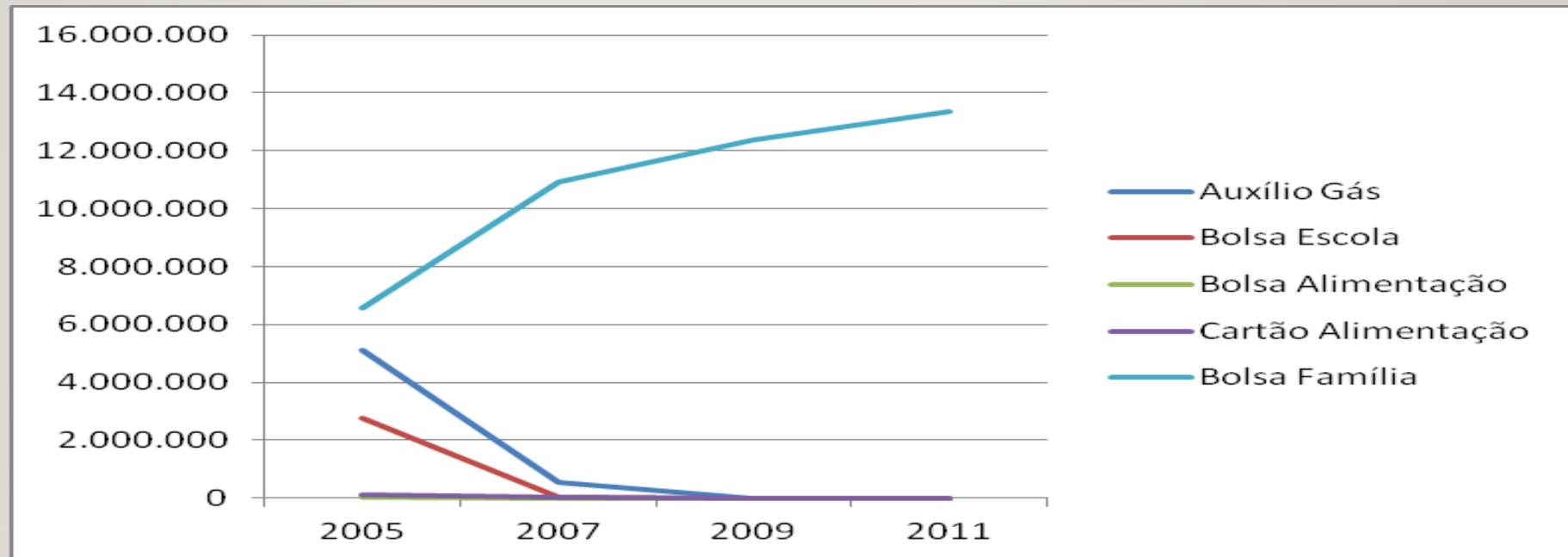


O ESTADO LOGÍSTICO E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL (2003 a 2014)

POLÍTICAS SOCIAIS FOCALIZADAS

- No eixo político, as origens dos 4 modernos programas de transferência de renda e do Cadastro Único para Programas Sociais (**CadÚnico**) foram importantes para a criação e o protagonismo do **Programa Bolsa Família** como a principal estratégia de transferência direta de renda a brasileiros hipossuficientes

Número de famílias beneficiárias dos Programas Remanescentes e do Programa Bolsa Família entre 2005 e 2011



O ESTADO LOGÍSTICO E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL (2003 a 2014)

POLÍTICAS SOCIAIS FOCALIZADAS

- No período logístico em questão, o Estado brasileiro ou instituiu, ou revitalizou outros programas e instâncias sociais importantes para o combate da fome no país, quais sejam: PAA, Programa de Cisternas, Consea, PNAE, entre outros
-

O ESTADO LOGÍSTICO E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL (2003 a 2014)

Explicações para o sucesso do Bolsa Família no combate à fome

- Focalização nos brasileiros mais vulneráveis
 - Pesquisas indicam que as famílias beneficiárias do programa destinam a maior parte dos recursos recebidos para comprarem comida (combate à fome no curto prazo)
-
- No longo prazo, programas de transferência de renda como o Bolsa Família combate a fome ao contribuírem para que famílias vulneráveis superem o **ciclo intergeracional da pobreza**

COMO SUPERAR O CICLO INTERGERACIONAL DA POBREZA EM GRANDES PAÍSES COMO O BRASIL?



Para a superação do ciclo intergeracional da pobreza em grandes países como o Brasil, o Estado Logístico deve priorizar a gestão vertical e horizontal de suas políticas sociais simultaneamente



COMO SUPERAR O CICLO INTERGERACIONAL DA POBREZA EM GRANDES PAÍSES COMO O BRASIL?

GESTÃO VERTICAL

A gestão vertical permite a execução de um trabalho compartilhado entre gestores nacionais e locais (o governo nacional não consegue encontrar famílias pobres e extremamente pobres sem a cooperação dos governos locais)

COMO SUPERAR O CICLO INTERGERACIONAL DA POBREZA EM GRANDES PAÍSES COMO O BRASIL?

GESTÃO VERTICAL

O **governo nacional** estabelece as **regras gerais do programa**, administra o cadastro único das políticas sociais, repassa os recursos aos beneficiários e controla as condicionalidades do programa (frequência escolar das crianças, acompanhamento hospitalar de crianças e gestantes etc.)

Os **governos locais** realizam a **busca ativa de famílias vulneráveis**, adaptam o programa a cada região do país (conforme as regras gerais), registram as condicionalidades do programa e prestam assistência social a membros específicos das famílias, como mulheres vítimas de violência doméstica

COMO SUPERAR O CICLO INTERGERACIONAL DA POBREZA EM GRANDES PAÍSES COMO O BRASIL?

GESTÃO HORIZONTAL

- A gestão horizontal permite a execução de um trabalho compartilhado entre diversas estratégias públicas (educação pública, saúde pública, assistência social, inclusão produtiva, acesso à cultura, etc)
-
- Com a gestão horizontal, as famílias pobres têm melhores oportunidades de participar do mercado de trabalho, o que é importante para permitir que tenham independência financeira no longo prazo
 - Com a independência financeira, essas famílias deixarão de estar vulneráveis e, conseqüentemente, não precisarão mais receber transferências direta de renda

OBRIGADO

HENRIQUE SALLES PINTO

Consultor Legislativo do Senado Federal

Doutor em Ciências Sociais em Estudos Comparados sobre as

Américas

EMAIL: hsallesp@senado.leg.br